

Fernando Pereira Marques

«QUEM MANDA?...»

**NACIONAL-SALAZARISMO
E ESTADO NOVO**

VOL. 1

TRAJECTOS
gradiva

Índice

INTRODUÇÃO — «Quem vive? Portugal, Portugal, Portugal! Quem manda? Salazar, Salazar, Salazar!»	9
I. «Apareceu um Homem capaz de resgatar a Nação...»	11
1. O fim da República possível	11
2. O «Ditador das Finanças»	18
3. Os primórdios do nacional-salazarismo	28
4. O fim da política	33
5. Uma doutrina da «imobilização política»	40
6. Uma autocracia cristã	47
II. O Estado Novo como sistema político	53
1. «Em política o que parece, é»	53
2. A arquitectura geral do sistema	57
3. Um semipresidencialismo virtual	62
4. A União Nacional como «mal necessário»	66
5. «Unidade, coesão, homogeneidade»	72
6. As listas do não-partido e a selecção do pessoal político	81
7. Adesões e implantação da UN	88
8. «... parece mortíça a União Nacional»	93
9. Os organismos ideológico-militarizados	96
10. Centralização e controlo burocrático	111
11. Vigiar e punir: a purificação da administração pública	116
12. A personalização	121
13. O «Ditador e a Multidão»	127
14. O <i>Chefe</i> e os seus governos	133
15. O «Sage» do Ocidente	145

III. As encenações eleitorais no funcionamento do sistema	149
1. As eleições como necessidade funcional.....	149
2. Eleições «livres como na livre Inglaterra»	153
3. Eleições legislativas e presidenciais numa «democracia orgânica»	161
4. Fraude, falsificação, manipulação... «A Bem da Nação»	162
IV. O não-Parlamento.....	173
1. «O Parlamento assusta-me»	173
2. Uma «câmara de eco»	181
3. A «tentação» parlamentarista e como esconjurá-la.....	185
4. A Assembleia Nacional vista por Simone de Beauvoir...	192
5. As duas câmaras no sistema político	199
6. Dissonâncias na «câmara de eco».....	207
7. Como se fez um dissidente: Henrique Galvão	210
8. O «garoto» e o «mestre da banda».....	221
<i>Anexo</i>	231
<i>Notas</i>	251
<i>Índice do 2.º volume</i>	321

INTRODUÇÃO

«Quem vive? Portugal, Portugal, Portugal!
Quem manda? Salazar, Salazar, Salazar!»

Neste trabalho estabelecemos como critério metodológico a distinção entre três dimensões que se interpenetram: a ideológica doutrinária, programática — que impulsiona e molda práticas e discursos; a do regime e do sistema político nos quais se materializa o exercício do poder; e a que, utilizando o jargão da sociologia, se poderá chamar societal, ou seja, que se reporta à incidência das duas dimensões anteriores sobre as instâncias económica, cultural, educacional e, portanto, sobre as relações sociais — a sociedade como é vivida pelas pessoas que a constituem.

Assente este critério, no que se refere à primeira dimensão, deixamos para outra altura esmiuçar se é adequado, num domínio que não o da retórica político-prática e tribunícia, etiquetar de «fascista» — em termos genéricos¹ — a doutrina e o regime que em Portugal vigoraram durante a longa ditadura estado-novista. Isto por ter havido uma banalização da noção que contribuiu, desde o período entre as duas guerras mundiais e posteriormente, para o ofuscamento do seu conteúdo². Banalização e ofuscamento que, aliás, ainda hoje se observam. Donde considerarmos mais rigoroso falar de nacional-salazarismo. Não o fazemos por mero jogo de palavras, insinuando analogias, que não existem, com o nacional-socialismo, apesar de certos aspectos sistémicos coincidentes. Se o fizemos, foi por nos parecer melhor corresponder à realidade que estudámos, de

modo a realçar que o nacionalismo, a «patologia do nacional»³, é o elemento transversal e estruturante do salazarismo.

Por outro lado, no que concerne ao Estado Novo, enquanto regime e sistema político, caracterizamo-lo como totalitário⁴. Entendendo-se este qualificativo numa perspectiva técnico-funcional e não ético-humanista. Em nosso entender, o totalitarismo não é função do grau de brutalidade, de barbárie, do número de vítimas, mas daquilo a que chamamos a eficácia e a densidade da dominação, além de factores como a concentração e a personalização do poder.

Este volume e o que se segue ocupar-se-ão fundamentalmente das duas primeiras dimensões. Quanto à dimensão societal, ao impacto da doutrina, do regime e do sistema político, aos instrumentos repressivos que conduziram ao fechamento da sociedade, uma análise e uma reflexão mais desenvolvidas ficarão para publicação ulterior. Não obstante nestes dois primeiros volumes já se evidenciarem, inevitavelmente, a nostalgia imobilista e a visão do mundo de Salazar que poderemos considerar constituírem uma «utopia reaccionária»⁵.